

# MUDANÇAS CLIMÁTICAS, REALISMO E MULTILATERALISMO

## CAMBIOS CLIMÁTICOS, REALISMO Y MULTILATERALISMO

### CLIMATE CHANGES, REALISM AND MULTILATERARISM

**Wagner Costa Ribeiro**

Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da USP  
Correio eletrônico: wribeiro@usp.br

**Resumo:** As mudanças climáticas integram o sistema internacional por meio das reuniões do Rio de Janeiro, ocorrida em 1992 e que produziu a Convenção de Mudanças Climáticas, e de Kyoto, que resultou no Protocolo de Kyoto, em 1997. Nestes documentos encontra-se a expressão do interesse nacional de países-membros. Esta premissa do realismo político já foi identificada na análise da geografia política do aquecimento global. Porém, é preciso aprofundar a discussão em ao menos três aspectos: o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, que é empregado em documentos como o Protocolo de Kyoto; a ética do devir, necessária reflexão sobre qual modelo adotar diante das alterações no clima que os especialistas indicam que estão por vir; e, por último, a segurança ambiental internacional. Ao final, avalia-se a possibilidade de aplicação do multilateralismo nas rodadas da ordem ambiental internacional que tratam do clima da Terra.

**Palavras-chave:** Mudanças climáticas; geografia política, ordem ambiental internacional.

**Resumen:** Los cambios climáticos participan en el sistema internacional a causa de las reuniones de Rio de Janeiro, en 1992, que han producido la Convención de Cambios Climáticos, y las de Kioto, las cuales originaron el Protocolo de Kioto, en 1997. En estos documentos está manifestado el interés nacional de los países miembros. Esta premisa del realismo político ya ha sido identificada en el análisis de la geografía política del aumento de la temperatura global. Sin embargo, hay que detenerse en, por lo menos, tres aspectos de la discusión: el principio de la responsabilidad común, pero distinta para cada circunstancia, del cual se utiliza en documentos como el Protocolo de Kioto; la ética del devenir, necesaria reflexión sobre cuál modelo adoptar frente a las alteraciones en el clima que los especialistas advierten estar a punto de ocurrir, y, por último, la seguridad ambiental internacional. Al fin, se evalúa la posibilidad de aplicación del multilateralismo en los encuentros del orden ambiental internacional que tratan del clima de la Tierra.

**Palabras clave:** cambios climáticos, geografía política, orden ambiental internacional.

**Abstract:** The climate changes integrate the international system through meetings like the one held in Rio de Janeiro, in 1992, which created the Climate Change Convention, and the one held in Kyoto, which proceeded the Kyoto's Protocol, in 1997. In these documents national interest expressions of members-countries can be found. This premise of political realism has already been identified in the global warming political geography analysis. Nevertheless, it's necessary to deepen this discussions in, at least, three aspects: common responsibility principle, though

Terra Livre	São Paulo	Ano 18 , vol. I, n. 18	p. 75 - 84	JAN.-JUN./ 2.002
-------------	-----------	------------------------	------------	------------------

differentiated, which is applied in documents as the Kyoto's Protocol; the outcome ethics, a necessary reflection about which model is to be elected in the face of fore coming climate alterations indicated by specialists; and, last, the international environmental security. Finally, the possibility of introducing multilateralism theory in the international environmental order rounds.

**Key-words:** climate change; political geography; international environmental order.

## Introdução

Tratar das mudanças climáticas do ponto de vista da área de Humanidades permite vislumbrar questões referentes à gestão planetária dos recursos naturais e à restrição à ação humana. Para tal, é necessário considerar tempos naturais e tempos sociais e os desequilíbrios que geram nos sistemas naturais. Neste trabalho, o leitor encontrará uma problematização das mudanças climáticas no sistema internacional baseada nas reuniões do Rio de Janeiro, ocorrida em 1992 e que produziu a Convenção de Mudanças Climáticas, e de Kyoto (Japão), que resultou no Protocolo de Kyoto, em 1997.

Depois, é feita uma análise da regulação da ação humana em escala internacional e local à luz de três perspectivas: o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, que é empregado em documentos como o Protocolo de Kyoto; a ética do devir, necessária reflexão sobre qual modelo adotar diante das mudanças que os especialistas indicam que estão por vir; e, por último, a segurança ambiental internacional. Ao final, é analisado o sistema internacional contemporâneo diante da perspectiva do multilateralismo.

## Entre o Rio de Janeiro e Kyoto

Desde a década de 1990 não pairam dúvidas sobre o aumento da temperatura do planeta. A partir de uma solicitação da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, o Painel Internacional de Mudanças Climáticas - Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) apresentou o resultado de um trabalho que contou com cerca de 300 cientistas de 20 países confirmando uma variação positiva da temperatura entre 0,3 e 0,6 por década. O aquecimento foi mais intenso entre 1920 e 1940 e de 1975 até 1990.

A confirmação do aquecimento do planeta ocorreu depois da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em 1992, o que possibilitou que os Estados Unidos, apoiados por diversos países árabes produtores de petróleo, pressionassem pela adoção de um texto genérico na Convenção sobre Mudanças Climáticas. Resultado: os países que mais emitem gases-estufa (os principais são: o Dióxido de Carbono, o Metano, o Clorofluorcarbono e o Óxido de Nitrogênio), foram reunidos no chamado Anexo 1 e a eles coube o compromisso de manter o volume de emissões de 1990 a partir do ano 2000. O texto final da Convenção sobre Mudanças Climáticas era vago o suficiente para ser aceito por unanimidade entre os participantes da reunião do Rio.

Era preciso avançar, pois os resultados de nova pesquisa do IPCC apontavam as consequências do agravamento do efeito-estufa: derretimento das calotas polares e alteração no regime de chuvas. Países insulares, como Japão e Cuba, ou detentores de um vasto litoral, como o próprio Estados Unidos e o Brasil, serão afetados. Os Países Baixos que aterraram áreas litorâneas também. Enfim, a causa do controle da emissão de gases parecia avançar.

Em relação ao regime de chuvas o resultado foi de outra ordem. Os estudos indicam que os países de baixa renda e de renda média terão maiores problemas que os de renda alta pois estarão mais sujeitos a alagamentos em áreas urbanas que receberão intensas chuvas e, pior, terão áreas

atualmente empregadas para a agricultura sujeitas a longos períodos de estiagem. Para este conjunto de países as conseqüências sociais são de larga escala, podendo gerar distúrbios internos graves, como a migração para áreas úmidas e o abandono de terras.

Mas o relatório do IPCC não esclareceu algo muito importante: quais as causas do aquecimento global?

Para muitos pesquisadores estamos diante de um ciclo longo da variação da temperatura do planeta, sendo o aquecimento inevitável e gerado apenas por processos naturais. Outros estudiosos afirmam que apesar de haver um aquecimento em um ciclo longo, ele nunca teve a intensidade verificada nas últimas décadas, indicando que a participação humana lançando os gases-estufa pode ter agravado a situação. Por fim, existem os que indicam a civilização do combustível fóssil como culpada. Para este grupo de pesquisadores a Revolução Industrial é um marco fundamental na história da Humanidade. A partir dela, passou-se a consumir inicialmente carvão mineral e depois petróleo em larga escala a ponto de afetar a dinâmica climática do planeta.

Este debate ainda não possui uma posição vencedora, mas é cada vez maior a lista dos adeptos de que a participação humana é relevante. Por isso o princípio da precaução foi sugerido e aplicado na Convenção sobre Mudanças Climáticas. Mesmo os que acreditam que o aquecimento global tem causas apenas naturais concordam que é preciso evitar o aumento de gases que intensificam o efeito-estufa na atmosfera o que pode evitar a aceleração da elevação da temperatura.

Apesar disso, as negociações chegaram a um impasse: controlar a ação humana em caráter internacional de modo a evitar que se agravem as mudanças climáticas globais mantendo o princípio da precaução ou estabelecer uma nova série de negócios ambientais?

Esse impasse é decorrente da posição dos Estados Unidos, que passada a CNUMAD se recusam a aceitar uma regulação do volume de gases-estufa que emitem. Observe na Tabela 1 a diferença entre o total emitido por aquele país comparando com os demais grandes emissores.

**TABELA 1**

Emissão de CO<sub>2</sub> - Total nacional de países selecionados em gigagramas

País	1990	1994	1997
Alemanha	1014501	904112	894000
Estados Unidos	4928900	5146100	5455553
Japão	1124532	1213940	1230831
Total	7067933	7264152	7580384

Fonte: <http://www.unep.org> Nov. 2001.

Durante a reunião do Rio, os Estados Unidos debateram com muita intensidade o tema das mudanças climáticas globais. Aproveitando-se da incerteza científica sobre o aquecimento que perdurava na época do evento, propuseram, e acabaram conseguindo, aprovar um texto muito vago, como já escrevemos, sem detalhar o momento em que deveria se iniciar a redução de gases-estufa. Mas o avanço das negociações permitiu que a data fosse estabelecida em Kyoto, em 1997.

### O Protocolo de Kyoto

Na reunião promovida em Kyoto foram estabelecidos objetivos de redução de gases-estufa e também novas possibilidades de negócios, caracterizando a ordem ambiental internacional como um conjunto de mecanismos que regulam a ação humana no planeta com perspectivas comerciais (Ribeiro, 2001).

No caso das mudanças climáticas, em que a temática da segurança ambiental internacional deveria prevalecer, causa preocupação o predomínio de soluções de caráter estritamente comerciais. Afinal, quem pode garantir que a redução acordada em Kyoto, de que os países do Anexo 1 devem em média reduzir sua emissão de gases em “5% sobre o que emitiam em 1990 no período de 2008 a 2012” ([http://www.un.org/depts/treaty/final/ts2/newfiles/part-boo/xxviiboo/xxvii\\_7.html](http://www.un.org/depts/treaty/final/ts2/newfiles/part-boo/xxviiboo/xxvii_7.html) - Setembro de 1999) é suficiente para frear um processo que pode acarretar alterações significativas nas condições de habitabilidade humana na Terra?

As mudanças verificadas no clima atual decorrem de emissões do passado. A Revolução Industrial, quando se iniciou em larga escala o uso de combustíveis fósseis para gerar energia e mover máquinas e motores, é apontada freqüentemente como o momento de ruptura, um marco na necessária periodização da emissão de gases-estufa resultantes da ação humana. Pesquisadores costumam indicar que apenas 5% de redução não são suficientes para barrar o processo de aquecimento do planeta. Eles sempre lembram que as emissões de hoje repercutirão na Terra daqui a cerca de 100 anos. Esses argumentos permitem que se adote ao menos três posicionamentos no debate sobre qual atitude tomar frente às mudanças climáticas globais: o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada; o da ética do devir e o da segurança ambiental para evitar a eclosão de conflitos entre povos e nações devido às conseqüências das mudanças climáticas.

### **O princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada**

O princípio da responsabilidade comum porém diferenciada foi adotado pelos representantes brasileiros na negociação sobre mudanças climáticas. Ele está baseado na história de cada país, relacionando o desenvolvimento econômico com o uso de combustível fóssil no passado, seja para promover a Revolução Industrial, seja para mover motores a explosão, usados em transporte, ou para a geração de energia elétrica.

Cabe uma diferenciação geográfica e histórica importante nessa perspectiva. Países industrializados depois da Segunda Guerra Mundial, os chamados Novos Países Industrializados - NPIS, entre os quais se encontram a Argentina, o Brasil, a Coréia do Sul e o México, entre outros, possuem uma responsabilidade menor que os países da primeira Revolução Industrial já que emitiram muito menos gases-estufa que os demais industrializados. Não por acaso, os NPIS não estão entre os países do anexo 1. A eles, porém, certamente caberá alguma restrição de emissão nos próximos anos. Isso decorre tanto do avanço da industrialização em seus territórios, que em geral alojam etapas da produção internacionalizada mais poluentes ou intensivas em consumo energético, quanto da pressão dos Estados Unidos, o principal opositor da exclusão do controle de emissão de gases-estufa por esse conjunto de países. Aliás, baseando-se nessa distinção justificam sua recusa em ratificar o Protocolo de Kyoto.

A emissão de gases-estufa pelos NPIS resulta do investimento de capital de grupos empresariais sediados nos países de industrialização anterior. Ou seja, o capital que viabiliza a instalação de etapas da produção geradoras de gases-estufa em países de industrialização tardia, muitas vezes aproveitando-se de leis menos rigorosas de controle ambiental, é oriundo de países centrais que alojam etapas de produção mais limpas e menos impactantes do processo produtivo internacionalizado. Portanto, taxar os NPIS é taxar também o próprio capital dos países da primeira revolução industrial, argumento que pode ser empregado pelos NPIS nas negociações.

Em outras palavras, a emissão de gases-estufa promovida por países como o Brasil, a Índia, o México e, mais recentemente a China, que são sempre citados pelas lideranças dos Estados Unidos como possíveis integrantes do grupo que terão suas emissões reguladas, resultam de investimento de capital originário principalmente dos Estados Unidos, do Japão, do Canadá e de países da União Européia.

Os países de industrialização tardia foram tratados como uma extensão territorial dos países centrais. Neles foram alocadas etapas de produção de menor capacitação tecnológica e que necessitam de mais insumos materiais e de energia. A emissão de gases-estufa pelos NPIs resulta da ação do capital internacional que precisou deslocar para outros países as fases que mais geram tais gases por pressão da sua população ou da legislação nacional.

Quando se analisa o consumo de combustíveis fósseis para transporte, os dados favorecem muito aos NPIs. É muito menor a emissão resultante do transporte nesses países quando comparada com os Estados Unidos e o Japão, por exemplo. Daí decorre que a principal controvérsia esta realmente no modelo de geração de energia para prover as unidades de produção que integram grupos internacionais que possuem capital e sede em países ricos.

Os países mais pobres e industrializados na segunda metade do século XX perdem apenas em um item para os países ricos e centrais: na emissão de gases-estufa resultante da queima de biomassa. Brasil, China, México e Índia, por exemplo, ainda possuem reservas florestais significativas, integrando o restrito grupo de países megadiversos (IUCN, 1997). Porém estes países já possuem estatuto jurídico que busca coibir os abusos neste campo.

Mas a maior dificuldade está em controlar o desmatamento, muitas vezes promovido até mesmo por ações de governos, como ocorreu nos últimos anos no Brasil, por meio do assentamento de famílias em áreas da Amazônia brasileira com fins de reforma agrária. Pior é quando os camponeses são abandonados à própria sorte, sem contar com apoio técnico e financeiro capaz de permitir sua estabilidade na terra, obrigando-os a abandoná-la e a desmatarem novas áreas ou a retornarem para as cidades engrossando as fileiras da população que vive em condições precárias. Apesar disso, sistemas de monitoramento estão sendo instalados o que indica uma reação dos governos e a intenção de manter sob seu controle a ação sobre vastas áreas protegidas e ainda naturais, como é o caso da Amazônia.

O princípio da responsabilidade comum porém diferenciada pode servir para demonstrar o quanto estão imbricadas as relações internacionais envolvendo o ambiente em nossos dias bem como a complexidade da ordem ambiental internacional. Incluir os países de industrialização tardia no Anexo 1 para que eles também tenham que reduzir sua emissão pode representar uma diminuição na produção globalizada afetando a remuneração do capital internacional, o que não interessa para muitos grupos empresariais.

Outra proposta, bem diferente e mais radical, foi sugerida pelo economista espanhol Martínez-Alier (1998). Ele defende uma compensação aos países que foram colônias no passado pela exploração de seus recursos naturais pelas metrópoles. Para ele, as antigas metrópoles têm uma dívida ecológica com suas antigas possessões.

A retirada de recursos como ouro, pedras preciosas, madeira, entre outros, de suas colônias viabilizou a acumulação primitiva dos países da primeira Revolução Industrial, argumenta Martínez-Alier (1998). A gênese do capitalismo contemporâneo está na extração de recursos naturais das colônias. Os responsáveis pela perda de diversidade biológica, pelo extermínio de povos e pela transferência de bens que indicam riqueza, como o ouro do “novo” mundo para a Europa, não estavam entre a população que vivia nas “terras novas”, mas sim entre a que estava encastelada na Europa. A responsabilidade pela extração de recursos naturais tanto nos países do “velho” continente quanto das terras americanas e africanas é comum e alheia à vontade dos povos que nelas viviam antes da chegada da civilização européia.

A manutenção desse padrão de trocas comerciais decorre de interesses mais complexos. Trata-se de uma síntese entre as camadas que chegaram ao poder, integradas ao sistema internacional por meio de negócios e parcerias com capitais de países que foram detentores de terras dispersas pelo planeta.

## A ética do devir

Na perspectiva da manutenção das condições de habitabilidade humana na Terra é preciso ponderar quais modelos de reprodução da existência humana se pretende manter.

Apesar de pouco divulgado, vivemos em um regime de escassez de recursos naturais. Cada vez mais se utilizam recursos não renováveis do planeta. O consumo de energia também não diminui, mesmo com as dificuldades em gerá-la. A degradação ambiental gerada por um modelo baseado no consumismo e na realização da mercadoria não impõe limites para a acumulação de capital.

A tensão entre o tempo da natureza e o tempo social é cada vez maior (Ribeiro, 1988). Não é possível aceitar que a reprodução da base material da manifestação da vida humana ocorra de maneira ininterrupta como considera o atual padrão técnico e de acumulação de capital. Alterá-lo pode ser uma boa perspectiva, mas que ainda não alcançou dimensão planetária.

Por outro lado, a reinvenção das diversas temporalidades humanas se sintetiza em artefatos, resultados de cadeias imaginárias que se reproduzem desde a Grécia Antiga entre os ocidentais, permeadas de seus mitos e significados. A reinterpretção dos mitos também emerge como possibilidade de interpretação da cultura contemporânea (Rubio, 2001), porém, ela deve sempre ser ponderada na dimensão da reprodução material da vida. Afinal a vida não é só imaginação dela própria pelos seres humanos, mas sim o estabelecimento de marcos territoriais identitários por meio do e no espaço geográfico (Ribeiro, 1992). Mas a história continua, mesmo sem alterar o rumo, afinal já estamos usando computadores com velocidades estonteantes, talvez para compensar a morosidade do trânsito das grandes cidades...

E a pressa prevalece, fundando uma ética do processo de acumulação de dejetos e de capital. Mas seria possível outra ética?

É preciso “fundar uma ética do futuro, porém, uma ética que atenua a tensão entre o tempo da produção de mercadorias e o da reprodução das condições naturais da existência humana. Uma ética que acomode o tempo da reprodução da vida, que não é necessariamente o mesmo que o da reprodução do capital, como nos fazem querer acreditar. Trata-se de adequar a reprodução da vida com a capacidade do ambiente em incorporar os dejetos que produzimos, tal qual o fazem muitos grupos humanos (indígenas, ribeirinhos, quilombeiros)” (Ribeiro, 2001: 147).

Essa nova ética não pode escapar ao âmbito da cultura. A diversidade de expressões da existência humana tem de estar representada na análise e na proposta de novas maneiras de organização social e de reprodução material da existência humana na Terra. Daí a importância do multilateralismo, base de um sistema internacional que congregue os diferentes estilos de organização social presentes no mundo.

Não é possível privilegiar apenas uma maneira de reproduzir a vida, tal qual se assiste atualmente. A pergunta que se costuma fazer é a seguinte: é correto que cerca de 1/3 da população mundial consuma 2/3 dos recursos naturais e da energia produzida na Terra? É essa parcela da população que está usufruindo os estoques naturais gerados ao longo de milhares de anos no planeta. É essa mesma parcela que gera os impactos ambientais capazes de por em risco a existência da vida humana na Terra.

O quadro de desigualdade da renda mundial espelha exatamente a maneira pela qual os países e sua população acessam os recursos naturais. Mas não espelha as implicações das mudanças climáticas globais, que afetarão de diversas maneiras as partes do globo terrestre e a população que vive nelas. As projeções do IPCC são dramáticas para os habitantes dos países de renda média e baixa, que devem sofrer mais diretamente com as eventuais secas e/ou elevação da pluviosidade planetária ou do nível dos mares.

Das propostas em curso para uma nova ética a idéia da sustentabilidade é a que mais vem ganhando adeptos. Polêmica, como indicaram vários trabalhos (Barbieri, 1997; Becker et al. 1995; Bermann, 1992; Cavalcante, 1995; CMAD, 1987; Herculano, 1992; Herculano, 1992 b; Leff, 2000; Leff, 2001; Martínez-Alier, 1998; Naredo, 1996; Ribeiro et al, 1996; Ribeiro, 2001; Ribeiro 2001 b; Sachs, 1993), ela permite senão um freio na ação predatória em curso, ao menos um questionamento dessa ação. Mas começam a surgir resultados interessantes que indicam que algo de novo surge em nossos dias, ainda que não seja revolucionário.

Sistemas de certificação ambiental, com todas as críticas e limitações que trazem em si, referenciam práticas de menor impacto ambiental entre grupos empresariais. Comunidades locais como seringueiros e povos indígenas recebem certificações por um manejo sustentável dos recursos florestais, indicando que sua estratégia é mais eficiente no longo prazo que a simples retirada exaustiva dos recursos, como ainda se pratica em diversos ambientes naturais.

Mas a parcela organizada das comunidades locais, não se satisfaz com isso, felizmente. Ela esta interessada em participar das decisões do sistema internacional e procura fazê-lo por meio do movimento social, algo muito distinto das “organizações não governamentais” - ONGs, muitas das quais preferem falar em nome delas que dar voz a elas.

Como o reconhecimento de seus saberes, de seus segredos na manipulação de espécies é do interesse de laboratórios de pesquisa sustentados por grupos empresariais privados, muitas ONGs atuam como intermediárias entre as comunidades locais e as empresas, realizando uma aproximação que as vezes não atende melhor ao lado mais fraco. Os trabalhos de etno-botânica, por exemplo, amplamente realizados em países com comunidades locais que vivem em áreas protegidas podem servir para repassar conhecimento sem remuneração de quem o possui e o desenvolveu para laboratórios vinculados à circulação de capital do setor farmacêutico e alimentício, entre outros.

Por que se deve pagar por uma patente de um remédio e não pela indicação de uma espécie que possibilita o desenvolvimento de tal droga? Essa pergunta não pode ser desconsiderada no debate sobre a remuneração do conhecimento, seja por meio das patentes ou de outra forma de reconhecimento em escala internacional.

A ética do devir deve amparar-se na reparação das desigualdades. Do contrário, ela pode reforçar a idéia do confronto, da beligerância e da luta por recursos vitais e escassos no planeta, como a água doce. Daí a necessidade em se discutir a segurança ambiental internacional.

### **A segurança ambiental internacional**

Difundir a segurança ambiental internacional responde a um imperativo em nossos dias. Afinal, trata-se de manter as condições de habitabilidade humana na Terra, perspectiva defendida por Ribeiro (2001) e por Elliott (1998), que leciona relações internacionais na Australian National University. Mas também de evitar a emergência de conflitos pela busca de recursos naturais.

Para o cientista político espanhol Grasa (1994), o início desse debate se deu na década de 1980. Para ele, temas que envolvem a ocorrência de um problema ambiental gerado em áreas distantes despertaram a atenção de estudiosos. A perda da camada de Ozônio e o aumento de câncer de pele na população decorrente disso, a poluição e chuva ácida resultantes do transporte de resíduos industriais pelas massas de ar estão entre os exemplos que confirmam essa situação. Grasa (1994), analisa a segurança ambiental na perspectiva da busca da paz, ou seja, deve-se evitar a eclosão de conflitos por recursos naturais ou pela degradação das condições de vida decorrentes de ações extraterritoriais.

Avançando em sua reflexão, propõe uma tipologia de conflitos que têm como causa a busca da base material que possibilita a reprodução da vida: étnicos ou de identidade grupal, associados

à escassez de recursos; os de identidade grupal e privação relativa de recursos; os de identidade grupal, gerados pela presença de migrantes que são vistos como geradores de privação de recursos; os conflitos de privação relativa que perseguem a justiça distributiva e a equidade; e, por fim, os que podem resultar da combinação das variáveis anteriores (Grasa, 1994).

Já o sociólogo chileno Sabatini (1997), trabalha com os conflitos ambientais locais, propondo a seguinte tipologia: conflitivos, políticos, distributivos, territoriais e com potencial político de transformação. Para ele, o ambientalismo pode gerar tensões sociais que envolvem polaridades como mediação e negociação, participação e negociação ambiental, passividade e mobilização da sociedade civil, democratização das organizações civis e resistência de algumas lideranças à maior participação popular, competência (soluções apresentadas por técnicos de órgãos públicos) e consenso, gestão externa e gestão local, controle das atividades econômicas do território e defesa do ambiente, resolução do problema local e distribuição da riqueza e manutenção do *status quo* e mudança social.

Outro autor envolvido com a questão é Sánches (1998). Ele destaca que a segurança ambiental pode ser definida em três perspectivas: humana, ecológica e global. No primeiro caso, exemplifica citando a exposição a riscos e a fome como geradoras de preocupação. A segurança ecológica é definida como a que restringe a soberania dos países devido à amplitude transnacional dos problemas ambientais. Por fim, a segurança global é apresentada como uma síntese da segurança ecológica associada com a governabilidade, assunto que merece reflexão mais aprofundada.

Discutir a governabilidade em escala internacional remete necessariamente a uma análise do sistema internacional. Entre o diverso leque de teorias oferecido pode-se destacar desde interpretações que retomam a importância do território até outras de caráter idealista que buscam uma dimensão multilateral na gestão planetária (Mello, 1999).

As dificuldades atuais em compor um governo mundial esbarram no desequilíbrio de poder, fato confirmado pela extrema capacidade militar dos Estados Unidos, que esta à frente da China, da Rússia e da União Européia, para lembrar de outras potências militares. Acreditar que se pode chegar a um consenso acerca da gestão dos recursos naturais do planeta diante de uma situação como essa é amparar-se no idealismo, alternativa que resta a quem não tem capacidade militar para impor sua vontade.

Mas também é preciso ter em mente a intenção de se construir um sistema internacional mais aberto ao diálogo, no qual prevaleça o entendimento frente ao conflito. A importância da opinião pública e da imprensa cresce sobremaneira, mesmo quando sabe-se dos interesses em jogo na divulgação de imagens de conflitos.

A ordem ambiental internacional é uma resposta a esse desequilíbrio. Com todas as falhas e imperfeições que se possam apontar, ela busca estabelecer um caminho de diálogo multilateral reunindo partes muito desiguais. É evidente que interesses são prejudicados e/ou afirmados, prevalecendo um realismo político sem armas, no qual as partes buscam salvaguardar o interesse nacional (Ribeiro, 2001). Mas o diálogo é a melhor alternativa para quem não tem a força de Golias para enfrentar Davi...

A discussão sobre a segurança internacional envolve a análise dos atores, seus interesses e a perspectiva de interpretação do sistema internacional. Grasa (1998) pondera que o poder militar perdeu peso frente às novas concepções de segurança no contexto pós-guerra fria que vivemos.

Ribeiro (2002), analisou vários autores que abordam a segurança ambiental internacional, concluindo que *“o debate sobre a segurança ambiental internacional ainda carece de maior profundidade. Grasa (1994) admite que é por meio de uma política de salvaguarda de interesses nacionais que se tem encaminhado as negociações em fóruns internacionais sobre o ambiente. Sánches (1998), prepara para os interessados no assunto um*

*excelente panorama das distintas posições em discussão. Ao distinguir diversos entendimentos da segurança ambiental, permite que se aclarem as matrizes teóricas e de ação política de discursos que atravessam a temática da segurança ambiental internacional” (Ribeiro, 2002:16).*

É necessário avançar a discussão sobre a segurança ambiental internacional. Ao mesmo tempo, ela não pode ser realizada sem a consideração de acontecimentos que afetam a dinâmica do sistema internacional.

### Considerações finais

Desde a queda das torres do World Trade Center e de parte do Pentágono em Nova York e em Washington, em setembro de 2001, ocorreu uma movimentação bastante intensa de lideranças internacionais com um objetivo “comum”: derrotar o terrorismo internacional. Infelizmente não se verifica o mesmo para enfrentar as mudanças climáticas globais.

Durante a reunião de Marrakesh, realizada em 2001 para tratar da regulamentação do Protocolo de Kyoto, houve um avanço nas negociações, apesar da manutenção da posição isolacionista dos Estados Unidos. A superpotência deixou passar a oportunidade de atuar em escala internacional para atacar um outro inimigo comum e que pode ser ainda mais letal no longo prazo: o aquecimento global que afeta o efeito-estufa, vale a pena insistir.

O planeta está aquecendo e algo tem de ser feito para que nele possa continuar a existir vida humana nos próximos séculos. Daí usar-se o princípio da precaução tanto na Convenção sobre Mudanças Climáticas quanto no Protocolo de Kyoto, para tentar controlar a emissão de gases-estufa em escala global.

Entretanto, o interesse nacional predominou nas negociações até a reunião de Marrakesh. Diversos países que integram o Anexo 1 do Protocolo, apesar de reconhecerem a necessidade em regular as emissões de gases-estufa, relutam em fazê-lo. Mesmo países da União Européia e o Japão, que sinalizam ratificar o Protocolo de Kyoto, retardam a efetiva adesão ao documento parecendo querer ganhar tempo enquanto criticam a posição radical dos Estados Unidos. Esse país, afirmando um conhecido isolacionismo em sua política externa, argumenta que não pode se comprometer em reduzir sua contribuição ao aquecimento se países emergentes, como o Brasil, a China e a Índia, também não o fizerem. Ou seja, reivindica um tratamento equânime entre desiguais.

Ora, os acontecimentos de 11 de setembro serviram para alterar a posição da superpotência que partiu para o diálogo com aliados estratégicos. Autoridades dos Estados Unidos passaram a visitar países tidos como inimigos no passado recente, como a Rússia. O Secretário de Estado Colin Powell chegou a dizer que a guerra fria teria acabado e que o período pós-guerra fria, também, dada a cooperação entre lideranças de seu país com vizinhos do Afeganistão, até então hostis à presença norte-americana na região.

Porque, então, não reafirmar essa disposição em cooperar e fazer valer o Protocolo de Kyoto? É chegada a hora do multilateralismo ser praticado em larga escala na busca de conquistas de interesse comum. Afinal, é mais fácil justificar, para a opinião pública, alianças políticas que implicam na modificação do padrão de vida para “salvar” o planeta do que a aproximação entre países opositores para combater o terrorismo internacional.

A comunidade ambientalista internacional pode ter expectativas positivas diante das negociações de regulamentação do Protocolo de Kyoto. Mas será preciso convencer os países do Anexo 1 para confirmarem a postura de cooperação que indicam ter, reforçando as decisões da Rio-92.

Porém, esse trabalho deve envolver o governo dos Estados Unidos que buscou apoio externo para tratar de um tema que o afetou diretamente. A comunidade internacional também pode empregar esse recurso e solicitar que adote medidas de controle de emissão de gases-estufa. Afinal, a maior parte dos gases sai do território norte-americano e afeta o resto do mundo.

É chegada a hora, portanto, de avaliar até onde funciona o multilateralismo norte-americano. Se não houver um movimento dos Estados Unidos para a adoção do Protocolo de Kyoto, estará confirmada a manutenção dos princípios do realismo político e o entendimento de que as alianças são conjunturais obedecendo a interesses estratégicos em tempos de guerra. Se for esse o caso, o mundo pós guerra fria ainda não mudou, com a superpotência indicando seu desejo de hegemonia, mesmo que concedendo espaço político a parceiros eventuais.

Nessa perspectiva, a ética do dever, nos termos propostos neste texto, torna-se um ideal a ser conquistado. Vamos a ela!

### Bibliografia

- BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. Petrópolis: Vozes 1997.
- BECKER, B. et al. (Orgs.). *Geografia e meio-ambiente no Brasil*. São Paulo : HUCITEC, 1995.
- BERMANN, C. Limites e perspectivas para um desenvolvimento sustentável. *Tempo e Presença*, 1992, n. 261, p. 40-42.
- CAVALCANTI, C. (Org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo e Recife: Cortez e Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- CMMA - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: ONU/FGV, 1987.
- ELLIOTT, L. *The global politics of the environment*. Londres: Macmillan, 1998.
- GRASA, R. Las nuevas concepciones de la seguridad: el debate sobre la seguridad ecológica o seguridad ambiental. *Ecología política*, 1998, vol. 15, p. 7-10.
- \_\_\_\_\_. Los conflictos “verdes”: su dimension interna e internacional. *Ecología política*, 1994, vol. 8, p. 25-40.
- HERCULANO, S. C. Como passar do insuportável ao sofrível. *Tempo e presença*, 1992, n. 261, p. 5-10.
- \_\_\_\_\_. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (Org). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992-b.
- LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: FURB, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINEZ-ALIER, J. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: FURB, 1998.
- MELLO, L. I. A. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1999.
- NAREDO, J.M. *La economía en evolución: historia y perspectiva de las categorías básicas del pensamiento económico*. Madrid: Siglo XXI, 1996.
- RIBEIRO, W. C. et al. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? *Terra Livre*, 1996, vol. 11, p. 91-101.
- RIBEIRO, W.C. Ecología política: ativismo com rigor acadêmico. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VII, nº 364, 10 de abril de 2002, p. 1-20. (<http://www.ub.es/geocrit/b3w-364.htm>).
- \_\_\_\_\_. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. C. Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 312, 2001, p.1-10. (<http://www.ub.es/geocrit/b3w-312.htm>).
- \_\_\_\_\_. Diversidade territorial e produção do espaço. *Boletim de Geografia Teórica*, 1992, v. 22, p. 383 - 386.
- \_\_\_\_\_. Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e a dinâmica de história humana. *Terra Livre*, n. 4, p. 39-53, 1988.
- RUBIO, Katia. *O atleta e o mito do herói*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- SABATINI, F. Chile: conflictos ambientales locales y profundización democrática. *Ecología política*, 1997, vol.13, p. 51-69.
- SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente*. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.
- SÁNCHEZ, J. De la seguridad compartida a la seguridad ecológica. *Ecología política*, 1998, vol. 15, p. 11-30.